



DL-01

Ses. Esp. 31/10/13

O Sr. PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Bom-dia a todos e a todas!

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial para discutir a política nacional de resíduo sólidos cujo tema “Eliminando os lixões você está salvando a sua vida e o Planeta, proposta pela deputada Fátima Nunes.

Agradeço a presença de todos que estão presentes no Plenário e dos internautas que nos acompanham pela *TV Assembleia* dada a importância desse tema para a nossa vida.

Convido as pessoas, as autoridades e líderes que comporão a nossa Mesa: Sr. Dr. Marcelo Guedes, Promotor de Justiça da Coordenação de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente; Sr. Tadayuki Yoshimura, presidente da ABLP – Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública; Sr. Aldo Carvalho, representante da Diretora do Inema, Srª Márcia Teles; Sr. Félix de Sousa Filho, Diretor Comercial e Coordenador Técnico da Limpec – Limpeza Pública de Camaçari; Sr. Walgoulart Júnior, representante da Presidente da UPB, Srª Maria Quitéria; Srª Maria de Fátima Espinheira, representante do secretário de Planejamento Sérgio Gabrielli; Sr. Sérgio Tomiche, representante do secretário de Desenvolvimento Urbano, Cícero Monteiro, e do Superintendente, Sr. Renavan Sobrinho.

A assessoria me informou que após a composição da Mesa haverá uma surpresa. E a primeira surpresa que faço é convidar todos que estão sentados nas cadeiras das últimas filas para virem para as cadeiras da frente. Vitória é assim, precisamos estar nas primeiras cadeiras. Geralmente, quem chegar depois sentará nas últimas cadeiras. E não havendo lugar, ficará em pé.

Temos, hoje, vários representantes de associações, de comunidades, pessoas que trabalham no dia a dia com esta questão, e registraremos a presença de todos e todas no decorrer da sessão.

Convido para compor à Mesa a prefeita Gracinha de Araçás. A única prefeita presente. (Palmas.)



Neste momento, teremos a apresentação surpresa.

A Sr^a Gabriela Nunes:- (Lê) *“Os riscos vêm de um modelo que perpetua um estilo de vida: Há uma ansiedade por novidade tudo que é lançado em pouco tempo sai de moda, fazendo com que as pessoas comprem mais e mais. O consumismo é a principal ameaça à humanidade. Ele deixa para trás um rastro de lixo; A população sofre com secas, inundações e fome. As consequências são trágicas; Chegou a hora: de o consumidor mudar; Seguir valores mais sinceros e perceber que 'menos' vale muito 'mais'. O mundo só é mundo se o rio desaguar; Precisamos preservar os nossos rios; Pois Água é sinônimo de toda riqueza natural do nosso mundo; Forma nossa flora, fauna e nossos oceanos. Somos formados por 70% de água; Ela é solvente das reações químicas do nosso organismo; Ela é veículo que transporta os nutrientes que nos sustenta.”*

(Apresentação de música.) (Palmas.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Obrigada pela surpresa. A cantora trouxe para nós esse momento bonito de reflexão.



7518-III

Ses. Esp. 31/10/13

Or. Sérgio Tomich

Política Nacional de resíduos sólidos.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Como sempre pensamos, nesta Casa Legislativa trabalhamos diariamente para aprovar leis, às vezes com algumas emendas, com várias ideias políticas; leis essas que se transformam em ações que as Secretarias de governo devem colocar em prática, no dia a dia.

Sabemos que também temos o compromisso de cuidar do planeta Terra, de cuidar do meio ambiente e de cuidar da nossa vida. Cuidando da nossa vida, estamos cuidando também da vida do outro. Portanto, nada mais importante do que, neste chamamento de atenção pelo tema dos resíduos sólidos, lembrar de um foco importante, os lixões. Naturalmente, eles estão espalhados por aí fora, trazendo muitas preocupações para as pessoas, porque, muitas vezes, reúnem bactérias e proliferam os insetos e os animais que prejudicam a saúde.

Devemos pensar também que cada material que jogamos fora, que são os resíduos que não servem para estar dentro da nossa casa, é resultado de uma exploração da natureza, das árvores e dos minérios. Quantas matérias são extraídas da natureza para que possamos ter um ambiente onde possamos sentar ou guardar as coisas; para que possamos levar sacolas para casa? Ou seja, é um conjunto de materiais que são resultado da transformação de matérias-primas em objetos práticos do nosso dia a dia, mas que depois, no descarte, eles terminam trazendo prejuízo para a nossa cidade, para a nossa família e para a nossa sociedade.

Então, convidamos essas pessoas que estão na Mesa, porque elas têm experiências, têm estudo e estão, no dia a dia, desenvolvendo ações. Nós vamos passar a palavra para eles e depois inscreveremos – espero que dê tempo – algumas pessoas do Plenário. Por isso, o tempo que cada um terá disponível para colocar o seu tema na tribuna não será tão longo, porque, à tarde, teremos outras atividades na Casa.



Passo a palavra ao Dr. Sérgio Tomich, representante do Sr. Renavan Andrade Sobrinho, secretário de Desenvolvimento Urbano, e do Sr. Cícero de Carvalho Monteiro. Com a palavra o Dr. Sérgio Tomich, para colocar os trabalhos desenvolvidos na Sedur na questão dos resíduos sólidos.

O Sr. SÉRGIO TOMICH:- Bom dia a todos. Primeiro quero agradecer à deputada Fátima Nunes pelo convite, em nome de quem saúdo todos os membros da Mesa. Em nome do secretário Cícero, parabenizo V.Ex^a pelo evento, deputada Fátima Nunes. A ideia da nossa presença aqui... Eu trouxe até uma apresentação que, se for possível, mostraremos um pouco um painel atual do que o Estado e nós da Sedur estamos fazendo em relação a esse tema.

Vou mostrar um painel atual do que nós, na Sedur, e o Estado vêm fazendo em relação a este tema.

Primeiro, um painel sobre o marco regulatório, ou seja, todas as leis vigentes no Estado e no País no que diz respeito às questões ambientais relacionadas aos resíduos. Temos, hoje, um marco legal bastante significativo e importante para regulamentar todas as questões associadas a resíduos sólidos.

O resíduo sólido é um dos componentes do saneamento básico, hoje, no Brasil. Por lei, o resíduo sólido é componente da limpeza urbana. Por definição resíduos sólidos, dentro do saneamento básico, são os conjuntos de atividades, infraestrutura, instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final de resíduo doméstico e do resíduo originário de varrição e limpeza de logradouros e vias públicas.

A política nacional de resíduos sólidos está amparada na Lei nº 12.305, de agosto de 2010, que foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Esse marco regulatório interage com o meio ambiente, com a educação, com a saúde pública e com saneamento de uma forma geral. Essa legislação estabelece a prioridade e a necessidade de os municípios estabelecerem e criarem seus planos municipais de saneamento básico, através da Lei nº 11.445, pela qual é necessário validar os contratos de prestação de serviços, independentemente da existência do plano; os planos de investimentos e projetos dos prestadores devem ser compatíveis com as diretrizes estabelecidas nesses planos; a entidade



reguladora e fiscalizadora deve verificar o cumprimento desses planos, e a locação de recursos públicos federais fica condicionado a existência do plano.

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos tem a sua política nacional de meio ambiente; a Lei Federal nº 11.445; as normas gerais para contratação de consórcios públicos; a Política Nacional de Educação Ambiental e interage com a lei de crimes ambientais.

Como está focado o Plano Nacional de Resíduos Sólidos? A ideia é que não haja geração, ou seja, que exista a minimização do nosso consumo. Com a não-geração, com a redução da geração, com reutilização dos resíduos, com a reciclagem, com o tratamento e a disposição final adequada dos rejeitos, só teremos para os aterros os rejeitos, aquilo que, definitivamente, não podemos aproveitar em outro processo produtivo. O objetivo com isso é minimizar o espaço necessário e a durabilidade dos aterros municipais.

A política nacional de resíduos sólidos tem como princípios: responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como bem econômico de valor social gerador de trabalho e renda e promotor da cidadania. Aqui entra o papel importantíssimo dos catadores nesse processo. Sem a presença e o trabalho dos catadores, isso será muito dificultado.

Quais são os instrumentos da política nacional de resíduos sólidos? A educação ambiental, fundamental para que possamos, desde o início da educação, sensibilizar e orientar as crianças a terem um consumo sustentável, a fazer a segregação dos seus resíduos em casa; todas as ações necessárias, a coleta seletiva; o sistema de logística reversa – neste momento, estamos com um acordo setorial para ser assinado entre a Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria do Desenvolvimento Urbano, para que haja a disposição final das embalagens de óleos lubrificantes; o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a ser criado; o Sistema Nacional de Informações, que precisa ser elaborado; o Sistema Nacional de Saneamento Básico; o Conselho de Meio Ambiente, no que couber, e o de saúde também.

Exigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos: há necessidade de termos planejamento. Ou seja, precisam ser elaborados os planos nacionais, estaduais, municipais e intermunicipais de gerenciamento. A destinação final ambientalmente adequada, a



reutilização, a reciclagem, como a gente já mostrou, o encerramento dos lixões, a logística reversa estão previstos dentro da política nacional do sistema nacional de formação de resíduos sólidos.

Com isso, a ordem de elaboração dos planos de resíduos é: o plano nacional, o plano estadual, os planos microrregionais ou inter-regionais, os planos intermunicipais, os planos municipais e os planos de gerenciamento de resíduos que são inerentes a hospitais e empresas de construção civil, por exemplo.

Hoje, já está disponível uma gama enorme de informações, gratuitamente, para uso dos gestores públicos. Um desses documentos que a gente destaca é o Apoio à Implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, do nacional ao local, que é esse manual que está disponível, inclusive para acesso na internet, gratuitamente.

Metas do Plano Nacional de Resíduos Sólidos: elaboração dos planos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos para agosto de 2012. Esse prazo já venceu; erradicação de lixões, para agosto de 2014; implantação de coleta seletiva, logística reversa, para agosto de 2014.

Esse processo de elaboração da lei estadual foi democrático, participativo, sintonizado com a política nacional e por meio do GT PERSólidos. Hoje, já temos na Casa o projeto de lei nº 20.456, que é a Lei Estadual de Resíduos Sólidos do Estado da Bahia, para ser votado. Esse projeto de lei foi fruto de todo esse trabalho democrático que estamos apresentando aqui. Com isso, a política de resíduos sólidos tem, no plano nacional, a Lei nº 12.305, e no plano estadual, o projeto de lei nº 20.456.

Qual a estratégia do governo para lidar com essa questão dos resíduos sólidos? Nós temos, hoje, a regionalização dos resíduos sólidos. Ou seja, foi feito um estudo pelo qual se identificou e se elaborou um arranjo de 29 áreas de desenvolvimento sustentável, que coincidem, praticamente, com os territórios de identidade. Nesses arranjos foram estudados os municípios que a eles se integram e qual seria a melhor forma, sob critérios técnicos, de esses municípios se arranjam. Ou seja, dentro de cada território é proposta uma forma para que haja arranjos entre municípios muito em função das características de cada um e da região onde estão localizados.



Articulação com os setores governamentais para soluções da Bacia do São Francisco: com apoio da Codevasf, também, 18 municípios na área de Irecê e dois na área de Juazeiro já se estão articulando para montarem seus consórcios públicos.

Elaboração de projetos, captação de recursos para 56 municípios através do PAC I e 222 municípios através do PAC II: esses são estudos para elaboração de projetos de aterros sanitários, remediação de lixões, construção de galpões de triagem, ou seja, tudo isso para projetos com base e respeitando essa proposta de regionalização dos resíduos sólidos.

A gente também tem atuado na elaboração de planos. Hoje, já se encontram em condição de serem licitados três planos para resíduos sólidos: o Plano Estadual para Resíduos Sólidos, o Plano Regional Metropolitano de Resíduos Sólidos e o Plano do Litoral Sul de Resíduos Sólidos. Esses documentos já estão, hoje, em condição de serem licitados e já existem recursos disponíveis para a execução desses planos.

A Política Estadual de Resíduos Sólidos, como comentei, já está na Casa para ser votada.

Existe, hoje, o Programa Recicle já Bahia, voltado para os prédios públicos aqui no CAB, no Centro Administrativo da Bahia, já com uma atuação significativa.

Assessoria técnica: a gente vive recebendo prefeitos, orientando como se comportarem nesse assunto, fazendo avaliação dos planos que eles nos e encaminham para que possamos avaliar e ver se está de acordo com a política nacional, ou seja, todo esse trabalho é o que temos feito no nosso dia a dia, na Sedur.

Um exemplo aqui mostrando um pouco um detalhe do PAC-1 desses projetos que mencionei. São 56 municípios com recursos de 1 milhão e 400 mil reais e 1,3 milhões de contrapartida do Estado.

O PAC-2 são 222 municípios, 8,3 milhões e o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, que abrangerá todo o Estado da Bahia para um horizonte de 20 anos, com revisões a cada 4, e observará o conteúdo mínimo definido no Art. 17 da Lei nº 12.305. Situação atualizada, processos licitatórios.



Em relação ao Litoral Sul, também estamos elaborando um termo de referência para o saneamento básico da região. E, como comentei, já está agora para ser licitado o Plano Municipal de Resíduos voltado para ela e para a Região Metropolitana de Salvador.

Tendências para a gestão de resíduos sólidos. Um dos desafios é a formação de consórcios públicos. Isso é o que a gente vem insistindo para, entendendo as dificuldades de os municípios individualmente lidarem com essas questões, orientá-los no sentido de que possam se consorciar para criar escalas, dar viabilidade à gestão e compartilhá-la com outros municípios.

Outros desafios são a busca da sustentabilidade financeira e a adoção de modelos gerenciais que contemplem a cobrança de taxas ou tarifas, ou seja, tudo isso, tudo o que se faz em relação à gestão de resíduos sólidos tem um custo, gente. Nada é de graça. Então, vem daí a necessidade de estarmos reduzindo ao máximo a geração do rejeito que vai para o aterro. E com isso diminuem os investimentos relacionados à construção de aterros.

Realizar coleta seletiva também é papel importantíssimo, com a contribuição das cooperativas de catadores.

Os postos de entrega voluntária para que as pessoas possam levar os seus resíduos lá segregados, atuando também um pouco em parceria com a logística reversa.

A construção das centrais integradas de tratamento e disposição final de resíduos. A logística reversa e o consumo sustentável.

A 4ª Conferência que se encerrou no domingo passado trouxe algumas decisões dentro desse fórum. O total de conferências municipais realizadas no Estado da Bahia foi de 643. E o total de conferências regionais foi de 179, envolvendo 3.009 municípios brasileiros. O total deles envolvido é de 65%. Esse é o percentual dos que tiveram participação nesse evento. O total de conferências estaduais realizadas foi de 26, com a presença de 24.771 pessoas. E a proposta aprovada de significativa importância para nós que nos encontramos aqui hoje é a 2.6: “Não prorrogar por parte dos governos federal e estaduais os prazos definidos nas Políticas Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos.” E que os próximos prazos dos novos programas a serem estabelecidos sejam coincidentes com os mandatos dos



prefeitos. O que entendemos é que em alguns casos essa descontinuidade nas Prefeituras Municipais traz também uma dificuldade de gestão administrativa.

Era isso que eu queria mostrar para vocês. O Estado não está parado. Temos, na medida do possível, amparado todas as demandas que nos têm chegado. Os instrumentos vêm sendo construídos, estão aí para ser atualizados. E agora realmente é meter a mão na massa.

Muito obrigado pela atenção. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



7519-III

Ses. Esp. 31/10/13

Or. Felix de Souza Filho

Política Nacional de resíduos sólidos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr. Tomich.

Prestamos bastante atenção. Olhei para o Plenário, e todos estavam bastante atentos porque naturalmente, numa sessão como esta, o resultado é levarmos para casa tarefas a cumprir nos nossos campos de trabalho.

Quero aproveitar a oportunidade para registrar as presenças da Dr^a Bete Wagner, Assessora de Meio Ambiente na Assembleia Legislativa; de Nivalda Alves, representante do diretor de Gestão Corporativa da Embasa, Dr. Belarmino de Castro; José Sandes Filho, secretário geral da Unisport; Projeto Mais Educação do Pau da Lima; Rubens de Farias da Escola Família Agrícola de Antônio Gonçalves; Manuel Basílio, coordenador de Resíduos Sólidos da Prefeitura de Inhambupe; Gilmar Santos da Silva, coordenador do MSTs; Escola Municipal Clériston Andrade; Fátima Gutierrez, coordenadora do CTGA da CAR; Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional que está ajudando muito a nossa Irmã Mercedes com seu trabalho na área do açude de Camandaroba no município de Itiúba; Associação dos Desempregados de Salvador e Movimento de Moradia; Amanda Santos, representando a Cáritas Regional Nordeste III; Terezinha Menezes do Sacramento, presidente da Associação Livre dos Moradores do Abaeté e Itapuã e Luciana Leal, presidente da MSTs e a TDS. (Palmas.)

Recebi um comunicado do presidente da Comissão do Meio Ambiente, deputado Leur Lomanto, que pede desculpas por não poder participar desta sessão visto estar em um compromisso na cidade de Feira de Santana.

Naturalmente, em sessões especiais, primeiro, ouvimos as pessoas e, por último, o secretário de governo. Hoje, antecipei esta ordem dos trabalhos para conhecermos o trabalho e para formular as nossas preocupações e questões, se for o caso, ao término da Mesa.

Obrigada a todos e a todas.



Agora, passo a palavra ao Dr. Félix de Souza Filho, representando a Limpec, Empresa Pública de Camaçari. (Palmas.)

O Sr. FÉLIX DE SOUZA FILHO:- Bom-dia a todos.

Inicialmente, gostaria de saudar a nossa deputada, em nome da qual, aproveito para saudar todos os presentes e, ao mesmo tempo, trazer a nossa satisfação e o nosso prazer em estar aqui participando deste sublime momento, não pela importância de estarmos juntos ou até ter recebido a distinção diante de um universo de tantos municípios, mas sim pelo que este momento representa para todos nós. Este é um momento sublime onde todos juntos devemos executar os ditamos da nova lei de nº 12.305 que estabelece a nossa Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Senhores, muito importante é eliminar este grande número de lixões estabelecidos em todo nosso estado. Porém, também, é muito importante realizar um estudo para que possamos fazer tais implantações e tais eliminações de uma forma bastante racional.

A Limpec é a nossa empresa estabelecida no Polo Petroquímico de Camaçari. Ao longo dos últimos meses, alguns prefeitos de algumas cidades têm nos procurado para saber como devem proceder para fazer a implantação de aterros sanitários em seus municípios.

Qual é a orientação que temos passado?

Bem, em primeira mão, há de ser feito, prioritariamente, um diagnóstico da composição de seus resíduos que, tecnicamente, recebem a denominação de gravimetria. Para tal método, há de se fazer as algumas perguntas: o que vamos buscar? Qual é a composição deste resíduo em seu município? Qual é o percentual de matéria orgânica? Qual é o material de plástico que compõe? Quanto tem de papéis? Quanto tem de metal e quanto tem de vidro?

Agora, por exemplo, estamos diante de uma matéria distribuída. Nós observamos que, em síntese, podemos ver que, consideravelmente, se distingue o plástico, que não é lixo, é uma matéria que pode ser reutilizada.

Diante disso, com o estudo que temos lá no nosso município, onde tivemos em torno de 40 a 50% de matéria orgânica, entre 10 e 15% de plástico, 10% de papel e papelão, em torno de 5% de metal, 3% de vidro, concluímos o quê? Que em torno de 60% não são



rejeito, são materiais que não devem ser destinados para aterros sanitários. Estamos fazendo o que com isso? Praticando o desperdício de matérias que poderiam ser reutilizadas.

Então entendemos que precisamos, neste momento tão sublime, de fazer agora um estudo mais profundo acerca da implantação desses aterros sanitários, porque disso aí inferimos que muito mais importante, talvez, nesse momento preliminar seja destacar a construção de aterros, é fazermos esse diagnóstico, e só a partir desse diagnóstico é que vamos deduzir a necessidade que também está preconizada na nossa Lei 12.305/10, fomentar a implantação de cooperativas de catadores da reciclagem.

Então, o que vamos fazer com esse diagnóstico? Vamos ver agora qual é efetivamente o quantitativo ou o volume que estaria sendo encaminhado para aterros sanitários. Daí o que iríamos ver agora? O dimensionamento da nossa necessidade em relação às cooperativas, porque esse material que está indo, ou poderia continuar indo para aterros sanitários, não é lixo.

Para aqueles que estão descartando lá em suas residências, colocando à disposição dos transportadores, sim, lixo, mas para outros é meio de vida. E para o meio ambiente que é, como foi dito aqui, a verdadeira casa da gente é uma preocupação para o futuro, porque esses materiais que estão indo para aterros sanitários não são fontes inesgotáveis. No futuro, nós nos arrependemos de ter feito tanto desperdício. E isso hoje nos transporta para uma grande responsabilidade em relação às futuras gerações. Por que estamos retirando tanto do meio ambiente, em vez de preservá-lo?

Então, gente, é um momento bastante sublime, não quero delongar muito, mas gostaria, dentro dos meus 10 ou 12 anos de experiência à frente daquela complexidade do Polo Petroquímico – e quero aproveitar e distinguir a nossa colega, que sempre participou das nossas reuniões, a Dr^a Fátima –, de dizer da minha alegria de estar aqui. Agradeço a todos vocês e digo: este é o momento de cuidar do meio ambiente, que é a verdadeira casa da gente.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



7520-III

Ses. Esp. 31/10/13

Or. Fátima Espinheira

Política Nacional de resíduos sólidos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Dr. Félix.

Vamos ouvir agora a Dr^a Fátima Espinheira, da Seplan, representando o secretário Sérgio Gabrielli.

A Sr^a FÁTIMA ESPINHEIRA:- Bom dia a todos. Inicialmente, quero, em nome do secretário José Sérgio Gabrielli, agradecer o convite e parabenizar a deputada Fátima Nunes por enfrentar o desafio e assumir, vestir a camisa da questão dos resíduos sólidos, que é também a questão da qualidade de vida, da preservação do meio ambiente e da melhoria da convivência dos seres humanos com o Planeta Terra.

Gostaria de cumprimentar toda a plateia, os jovens, que representam o nosso futuro e que têm uma responsabilidade grande para modificar essa história, os presentes, dos quais identifiquei muitos colegas técnicos que batalham nessa área de resíduos sólidos e com um trabalho de formiguinha. Estão aqui, além da colega Fátima, xará, também Fátima Gutierrez, Luciano Alvim, da Conder, dentre outros.

Gostaria, deputada, cumprimentando os demais colegas da Mesa, alguns já conhecemos da lida com a questão dos resíduos sólidos, de, além de parabenizar, dizer que esse é um desafio muito grande.

A história, que começou institucionalmente no Senado, com o senador Francisco Rollemberg, há 24 anos, com a primeira proposta de lei para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, concretiza-se em 2010. Hoje, três anos depois, às vésperas de estarmos frente ao desafio de cumprir os prazos estabelecidos pela lei, temos inúmeros desafios para serem enfrentados pelos municípios. A prefeita Gracinha, que está aqui, deve sentir na pele o que é enfrentar a questão dos resíduos sólidos.

E essa questão é grande porque o começo foi um mau começo. A institucionalização do que era resíduos e do que era o destino final de resíduos durou muito tempo como sendo lixo. Isso estava institucionalizado. Para onde vão os resíduos que



produzimos nas nossas atividades diárias, seja a atividade residencial, seja a atividade produtiva, ninguém nunca se preocupou em saber. Iam, geralmente, para um lugar escondido e sem condição adequada que permitisse um convívio harmônico entre seres vivos e a atividade do homem. É uma atividade antrópica, são ações feitas pelos homens e que o homem implantou de forma pouco reflexiva e, hoje, colhemos os frutos negativos desse plantio.

A tarefa que surge agora é modificar essa história e para modificar precisamos de muita determinação, porque é um ciclo vicioso de ausência de estudos adequados, ausência de recursos, baixa capacidade técnica-gerencial e com baixas condições operacionais de implantar sistemas adequados que nos impedem, ainda, de atingir todos aqueles itens colocados aqui, de uma forma muito bem feita, pelo Dr. Sérgio, da Sedur.

Quando chegamos próximo aos municípios sabemos das dificuldades que existem. Eles não têm uma equipe técnica adequada, não existem recursos financeiros adequados. Então, ainda estamos num ciclo vicioso que vai demandar muito esforço para que consigamos superar tais dificuldades.

Entendemos que serão necessárias uma participação persistente, uma ação técnica regada de muita paciência histórica, olhando para trás e vendo o que deu certo, o que não deu certo, o que precisa ser modificado e tendo paciência para saber que vamos plantar várias sementes muitas vezes, porque algumas foram plantadas e não frutificaram, muitos aterros sanitários foram construídos e foram transformados em lixões. Recursos públicos federais e estaduais foram investidos e não resultaram nos benefícios esperados.

Porque isso aconteceu? Porque o começo, a institucionalização de entender que o destino final do lixo é um lixão está incorporada na mente, na dinâmica das pessoas e da própria população.

Quem foi às ruas reclamar porque existe lixão no seu município? Parece que ninguém ainda, porque nós institucionalizamos na nossa mente que isso é o normal, é o comum, e a gente tem de aceitar. Mas temos de partir para afirmar que isso não é o comum, que queremos modificar, porque não é comum termos lixo muito próximo ou junto de um



ponto de captação de água, gerando chorume, que causa uma série de impactos negativos para os seres vivos e para o meio ambiente.

Essa tarefa é difícil. Quando a gente fala do aterro sanitário, envolve a mentalidade de todos que estão inseridos na questão, e da necessidade permanente de recursos financeiros alocados. A gente não pode alocar recursos financeiros apenas com o investimento, é necessário fazer uma manutenção.

Nós temos que entender que um aterro sanitário, assim como um hospital, necessita de pessoas, de técnicos capazes para operar. Um sistema de tratamento de água requer estações de tratamento de água e tratamento de esgoto. E também precisamos de estações de tratamento de resíduos sólidos, que requerem pessoas competentes e recursos continuados para que obtenham os resultados.

Não adianta liberar recursos para implantar novos aterros sanitários se não tiverem garantidos os recursos necessários para a manutenção e operação adequada desses equipamentos. Na verdade, um aterro sanitário está sempre em movimento. Uma estação de tratamento de água, se não for monitorada, pode se deteriorar rapidamente e causar impactos na população. Com o aterro sanitário é da mesma forma. Nós produzimos lixo todos os dias, não tem feriado nem fim de semana. Se o lixo não for coletado, será acumulado e coletado depois, mas o produzimos todos os dias.

Se antes produzíamos 300 gramas, 250 gramas de resíduos por dia, hoje produzimos de um quilo a mais de resíduos por dia. A produção de resíduos sólidos está crescendo num ritmo mais acelerado do que cresce a população. O que isso significa? Que nós, seres humanos, já entendemos que temos um nível de crescimento de proliferação de pessoas e que essas pessoas estão promovendo um crescimento de lixo mais acelerado do que o crescimento delas próprias.

Então, temos que repensar a geração. E ao repensar a geração, temos de repensar o consumo, porque é da produção e do consumo que surge a geração dos resíduos sólidos. Numa sociedade capitalista, consumista, como a nossa, é uma tarefa bastante difícil. Cada vez mais produtos nos são oferecidos e cada vez que se produz mais, geram-se mais resíduos, consome-se mais, gerando mais resíduos. A gente gera resíduo na produção, no consumo, no



descarte. E geramos resíduo ainda quando estamos fazendo coleta seletiva, porque temos o rejeito.

Então, temos de pensar de uma forma integrada, por isso as soluções também têm de ser integradas. E o papel do Legislativo e do Executivo tem de ser desenvolvido de forma integrada e permanente. Por isso, deputada e demais membros do Executivo, a nossa tarefa é longa e exige paciência e persistência.

Queria encerrar dizendo a todos aqueles que vestem esta camisa: não desistam, trabalhamos nessa área e precisamos plantar as sementes que, porventura, não vamos ver florir ou frutificar, mas será a nossa herança honrosa para nossos filhos e netos. Nós não podemos construir um futuro que nos deixe envergonhados onde quer que estejamos.

Muito obrigada. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)



7521-III

Ses. Esp. 31/10/13

Or. Tadayuki Yoshimura

Política Nacional de resíduos sólidos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Agradecendo à Dr^a Fátima, quero aproveitar e registrar a presença dos estudantes da Legião da Boa Vontade da Ribeira, em Salvador. Muito obrigada pela presença dessa juventude aqui. (Palmas!)

Registro também a presença de um empresário industrial, Hamilton Menezes do Sacramento, da Braskem. Compreendo que qualquer coisa para dar certo no Planeta tem de ter o envolvimento dos diversos setores da sociedade: dos consumidores, dos produtores, dos que legislam, dos que executam as leis. Portanto, bem-vindo aqui, Hamilton Menezes! Quem dera que esta sala estivesse cheia de empresários que produzem muito plástico, muito fio, muita sacola para a gente estar discutindo o bom debate.

Passo a palavra para o representante da Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública.

O Sr. TADAYUKI YOSHIMURA:- Bom-dia a todos!

Gostaria de agradecer o convite formulado pela deputada Fátima Nunes.

Quando o recebemos na ABLP para estarmos aqui presentes, em função do tema imediatamente aceitamos e cá estamos. Também quero saudar a composição da Mesa e os senhores todos aí.

Em primeiro lugar, quero apresentar a ABLP. O que é a ABLP? A ABLP é uma entidade sem fins lucrativos, de utilidade pública, fundada em 1970, quando quase ninguém falava sobre resíduos sólidos. A expressão resíduos sólidos não era nem mencionada. Era lixo. Na época todo o lixo era acondicionado em tambores, latas, caixas de madeira, caixas de papelão. Não havia sacos plásticos, não havia ainda a Braskem fabricando sacos de lixo. O polietileno - no caso, o saco plástico - só surgiu em 1973.

Portanto, naquela época pouca gente falava do assunto. Os secretários e diretores de empresas públicas das grandes capitais do País se reuniram, um belo dia, na Faculdade de Saúde Pública de São Paulo, na USP, única escola que formava engenheiro sanitário na



época. Então, reuniram-se com o sentido de trocar figurinhas. Como nada se propagava, a mídia nada estampava sobre o tema. E aí aquela era a forma de se reunir e trocar figurinhas: “O que você faz em Porto Alegre? O que você faz no Rio, em Salvador, Fortaleza?” Era uma maneira de trocar figurinhas, porque também pouquíssima gente tinha condição de viajar para fora, ao exterior. Era impossível viajar para fora. E não havia Internet, não havia como se atualizar. Logo, reuniram-se e fundaram a nossa Associação.

Ela congrega, desde aquela época, professores, estudantes, técnicos, empresas, fabricantes de caminhão, fabricantes de equipamentos para coleta de lixo, EPI's, geomembranas para aterros sanitários. Enfim, a ABLP congrega a todos e tem o bom propósito de levantar o *standard*, o padrão técnico de limpeza urbana no País. Esse é o tema e o objetivo principal da nossa Associação.

Quando ela falou que o tema é a eliminação dos lixões, vamos lá! Tenho que estar lá, vamos apoiá-la! Por quê? Nós - a ABLP - fomos chamados pelo deputado-relator Arnaldo Jardim e juntos colaboramos com ele na formulação de vários tópicos da atual Lei Nacional de Resíduos Sólidos. Portanto, somos responsáveis e também corresponsáveis. Como tal, hoje ficamos responsáveis pela implementação. A primeira coisa que vimos lá na Associação, onde reunimos todos os técnicos, foi esta: qual o grande gargalo que vai haver nessa lei? Eliminação de todos os lixões em 4 anos. Então, em agosto de 2014 não pode ter mais nenhum lixão no País. Imediatamente, reunimos todos os nossos técnicos e vamos trabalhar para fazer um bom projeto técnico e levar ao governo.

E assim fizemos. Em março de 2011, 2 anos e meio atrás, terminamos esse projeto e o entregamos. Fizemos uma peregrinação pelo Ministério do Meio Ambiente, Cidades e Planejamento, apresentamos o projeto e ele foi aprovado. Nesse Ministério encontramos, por uma feliz coincidência, Joselito, que foi diretor da Limpurb em tempos passados.

Discutimos esse projeto, tecnicamente falando, e o aprovamos no Ministério das Cidades. Em seguida o levamos para o Ministério do Planejamento, onde estão os recursos do PAC. A ministra nomeou a diretora Maria Cláudia, que nos atendeu junto



com o Ministério das Cidades. Ela perguntou, na nossa frente, se o nosso projeto foi aprovado pelo Ministério das Cidades. Este falou claramente que tinha aprovado.

Então, falta o projeto? Cadê o projeto? Os recursos estão aqui, tem de trazer projetos para cá. Se os projetos não vierem, os recursos vão ficar hibernando. Essa é a situação. Vou passar rapidamente aqui, porque o tempo é curto. Não vou entrar em maiores detalhes, só vou abordar aqueles que nós propusemos para o Ministério.

O grande problema do gargalo do País é aquele que o secretário falou há pouco. O que se arrecada é muito pouco, os municípios arrecadam muito pouco via taxa de lixo. Arrecada-se em média R\$ 33,00 *per capita*/ano, quando ela gasta R\$ 80,00 *per capita*/ano. Existe um casamento aí de recursos. Alguns municípios não têm recursos para aplicar na limpeza urbana. Não há um equilíbrio aí.

Portanto, tem de vir de outras fontes. Daí o desequilíbrio que ocorre na implementação da limpeza urbana do País. A grande proposta nossa, do governo do Estado da Bahia – que está tomando a frente, eis que era nossa esperança e nosso desejo – é que os municípios formem um consórcio. Não adianta um município, isoladamente, ter uma resolução final, própria, porque não tem recursos para tal.

Então, nada melhor do que unir os municípios num consórcio, e assim o dinheiro do governo federal, que é a fundo perdido, virá para esse consórcio, não para um município isoladamente. Com CNTJ independente, certo? É uma forma de trabalhar. Fizemos um trabalho técnico, num raio de 80 quilômetros, congregando todos os municípios em torno de local a ser escolhido. Algum município tem de ceder seu espaço para ser a sede do aterro. Mas esse município vai ter um benefício em troca, óbvio.

Mas os municípios que estão aqui embaixo, mais distantes do futuro aterro, vão ter de levar para um transbordo, uma estação de transferência. Então os municípios que levam, em grandes carretas, para o aterro sanitário, minimizando o custo



transporte. Os municípios que estão mais próximos da cidade sede levam diretamente. Esse é o modelo concebido, e assim fizemos para o Brasil inteiro, estado por estado.

No Estado do Acre precisaria desses aterros regionais. Três aterros regionais e aterros de pequeno porte. Aterros de pequeno porte ficam em cidades com até 20 mil habitantes, longínquas, cuja logística não permite a formação de consórcios em volta delas. Então, fizemos em estado por estado. Vemos aí no *slide*, Roraima, Tocantins, Centro-Oeste.

Agora, vamos para o Nordeste. Aqui na Bahia o estudo será outro, será modificado, porque foi feito há 2 anos. A situação em março/2011, no Estado da Bahia: vinte e um consórcios, aterros regionais formados, mais 9 aterros de pequeno porte, e o Estado da Bahia estaria ambientalmente correto com relação à destinação final, seria Primeiro Mundo, dentro da lei. Como disse o secretário, ele comunga com a ideia de que não deve ser postergado o prazo. Nós também somos a favor. Porém agora temos só mais 1 ano. Na época, tínhamos 3,5 anos. Então acho que, hoje, lamentavelmente será impossível implementar os 244 aterros regionais que projetamos para o País inteiro.

Há um quadro de resumo final para o Brasil, com 248 aterros regionais, mais 192 aterros de pequeno porte, nós estaríamos no primeiro mundo em termos de tratamento de resíduos, destinação final de resíduos. Na época, fizemos um levantamento de custos, estado por estado, aterro por aterro, e havia a necessidade de quase 1,9 bilhão. Quando apresentamos ao Ministério do Planejamento, eles disseram que era um recurso muito aquém do que eles pretendiam gastar. Faltavam os projetos. Então incitou o Ministério das Cidades a trazer os projetos para o Ministério do Planejamento. Coisa que lamentavelmente não ocorreu. O que faltou foi vontade política das prefeituras se reunirem em consórcio e irem buscar esse recurso.

Se não buscar recurso do governo federal, não vejo como sair dessa situação. O município não tem recurso, não se pode esperar que o estado cubra tudo. Tem que vir recurso da esfera federal. Sou da tese que para gerar esse papel, a União aufere em impostos, PIS, COFINS, IPI, ICMS, Imposto de Renda sobre a margem de lucro. Uma vez que o papel vai para o lixo, a responsabilidade fica para os municípios tão somente. Então acho que é injusta



essa questão no Brasil. Num país mais moderno, mais evoluído, a União, os estados e os municípios co-participam da destinação final. Todos são responsáveis pela geração dos resíduos, tanto pela produção quanto pela geração. Eles participam diretamente, existe uma conjugação das forças federais, estaduais e municipais. É o que leva às condições de uma destinação final ambientalmente correta.

São essas as minhas palavras. Não acredito mais em acordo para 2014, mas tenho esperança de que o Brasil, daqui a uns 3 ou 4 anos, se houver vontade política, terá condições de sair e buscar recursos com o governo federal. Não adianta fazermos sozinhos, cada município isoladamente não dá, tem que ser em conjunto. O correto é deixar a política de lado e pensar no bem coletivo. Essa deve ser a tônica: pensar coletivamente pelo meio ambiente.

Obrigado! (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



7522-III

Ses. Esp. 31/10/13

Or. Marcelo Henrique Guedes

Política Nacional de resíduos sólidos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes): - Muito obrigada, Dr. Yoshimura, presidente da ABLP – Associação dos Resíduos Sólidos. Quero registrar a presença da Organização Não Governamental Viver Limpo, registrar a presença de Ezequiel, coordenador estadual do Movimento Via do Trabalho; do vereador Nilton da Silva, da Câmara Municipal de Andorinhas; Marinaldo Souza, também vereador da Câmara Municipal de Andorinhas; Renato Brandão, vereador da Câmara Municipal de Andorinhas. Gostaria de registrar a presença de Roberto, representando o prefeito municipal de Heliópolis, cidade vizinha a Cícero Dantas, minha cidade; Suede Menezes, presidente da Coopsal, Cooperativa de Reciclagem e Serviços de Salvador.

Gostaria de registrar as minhas considerações à Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa, Assalba, que também já desenvolve aqui na Casa um brilhante trabalho com a reciclagem, com o aproveitamento de diversos materiais. Fazendo a conscientização, entregando material, promovendo cursos. Todos os recursos que eles conseguem com a reciclagem, com a venda, reverterem em benefícios para os servidores em forma de trabalhos, outros serviços e cursos. Portanto, parabéns aos organizadores do projeto de reciclagem da Assalba.

As nossas jovens já estão prontas para cantar? Então vamos ouvir uma música e logo depois teremos mais alguns pronunciamentos da Mesa e também de algumas pessoas do Plenário, se quiserem se inscrever. O nome do nosso conjunto é um nome bonito, um nome brasileiro de maior repercussão no Brasil, ArMarias. Pensei que fosse As Marias, mas elas são mais ousadas e colocaram ArMarias, certamente as atrevidas, as corajosas, porque todas essas palavras têm a letra R. Os nomes das nossas cantoras são Rebeca Alves, na voz, violão e repercussão; Daiane Sampaio e Amanda Queiroz. Parabéns as nossas cantoras! Teve também a contribuição da Gabriela Nunes, que entrou fazendo o primeiro canto na nossa



sessão especial. A banda tem mais duas cantoras, Michele Cardoso e Luana Reis. Parabéns a essas vozes maravilhosas que fazem a nossa alma se sentir bem, se sentir feliz.

Quem dera nós, ao ouvirmos músicas nesse Brasil e nessa Bahia, ouvíssemos sempre palavras de harmonia de espírito. Não é à toa que aqui na Casa nós votamos, para minimizar a baixaria, um projeto de lei que impede que o dinheiro público seja gasto com aquelas bandas que cantam músicas que, na verdade, são mais barulho do que música. O problema não é o batoque, o problema é o palavreado que muitas vezes é pesado, é agressivo, faz apologia à violência e, muitas vezes, diminui e desvaloriza a mulher. (Palmas.)

Esse projeto foi votado por todos nós aqui na Casa, foi de autoria da deputada Luiza Maia, mas da bancada de todas as mulheres que assinaram e todos os deputados também aprovaram. Entendemos que isso também faz bem ao meio ambiente, ao nosso ambiente de vida, alegria e felicidade.

Agora com vocês, juventude!

(Apresentação do conjunto ArMarias.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Agora vamos ouvir o Dr. Marcelo Henrique Guimarães Gudes, Promotor de Justiça da Coordenação de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente.

Enquanto não chega à tribuna, quero registrar também a presença de Sônia Souza, da ONG dos Bombeiros Voluntários de Catu; de José Roberto, empresário da farmácia São Lázaro de Fátima e de Gabriel Fontes, advogado do município de Fátima.

O Sr. MARCELO HENRIQUE GUEDES:- Bom-dia a todos. Gostaria de cumprimentar a mesa na pessoa da deputada Fátima Nunes, parabenizá-la por esta sessão de alto grau de importância e, além disso, conciliar a leveza da música, a leveza do meio ambiente, um assunto que é tão complexo como é a questão do resíduo sólido.

Então, ficam aqui registrados os meus parabéns. Não é a primeira vez que venho a esta Casa, a convite da deputada Fátima Nunes, para discutir questões ambientais, se não me engano há dois anos sobre desertificação, ou algo semelhante nesse sentido. A todos também os cumprimentos do Ministério Público.



Tivemos pessoas aqui que antecederam a minha fala que já contextualizaram bastante a questão e a importância do tema. Serei breve e vou falar dentro do ponto de vista do Ministério Público, como estamos acompanhando o histórico em relação a essa situação de forma bem breve e também trazer algumas reflexões, ainda mais que temos aqui na mesa representantes dos gestores municipais, uma gestora municipal também que é o gargalo que enfrentamos na questão da operacionalização dessa legislação nacional.

Como foi o histórico do Ministério Público? Desde 2006, aí já vão sete anos, o Ministério Público abraçou essa causa que era o desafio do lixo. E abrimos um bocado de procedimentos, inquéritos civis e inclusive ações judiciais para que fossem implementados os aterros sanitários. Diante disso, há 4 anos, quando ingressei na Coordenação do Centro de Apoio Operacional às Promotorias do Meio Ambiente, quis fazer um diagnóstico. Vamos ver esse passivo que temos no Ministério Público junto aos municípios.

O Ministério Público fez inspeção em todos os lixões da Bahia. Todos. Existiam municípios com mais de dois lixões, acho que Beth Wagner acompanhou essa discussão do Ministério Público e até o Inema cedeu uma engenheira sanitaria. São 417 município e fizemos inspeção com mais de 500 municípios, porque existem municípios que possuem mais de dois lixões.

Tivemos 300 procedimentos finalizados entre ações e termos de ajustamento condutivo. Vamos fazer uma avaliação: em 2010, quando ingressei no Centro de Apoio, a efetividade de nossas ações, somente 8% . E isso foi o que foi cumprido em termos de ajustamento de conduta, do acordo firmado judiciário Começamos a criar, agora, antes ao desafio do lixo, o Programa Novos Desafios do Lixo, já que tivemos agora uma nova política nacional, mais consistente, diga-se de passagem, que nos permite agora, sim, cobrar do gestor municipal a implementação. E o gestor municipal cobrar ao gestor estadual que, por sua vez, cobrará ao gestor federal, porque temos uma legislação mais consistente.

Diga-se de passagem, temos um projeto de lei nesta Casa e parabênz a Sedur pelo trabalho realizado, bastante democrática esta legislação, que foi analisada até por representantes e consultores do Ministério das Cidades. Talvez seja a legislação mais bem



elaborada no Estado Brasileiro a que está em tramitação nesta Casa. Temos que reconhecer os avanços e também elogiá-los. Não se pode só criticar.

Qual foi a mudança da postura do Ministério público? Vimos o seguinte: é um trabalho de gestão. E o problema – como foi dito – da questão de resíduo sólido é de gestão. Não cabe mais ao Ministério Público ficar exigindo que o gestor tenha vontade política. Isso é o dever do gestor!

O papel do Ministério Público não é só de cobrança. Mas, agora, temos uma postura de fazer parceria com os municípios. Conversamos com a UPB nos colocando à disposição para um diálogo com os prefeitos. Por que precisamos fazer isso? É um dado. Temos hoje uma coordenação que é de crimes atribuídos a prefeitos. Não é brincadeira! E não estou exagerando, não! Temos dezenas e dezenas de representações, inclusive basicamente das pessoas da população reclamando do lixo e representando criminalmente contra o prefeito. E por entender que há a questão da gestão toda que temos de conversar com o prefeito, existe um histórico e um passivo do administrador atual. E ainda considerando que até 2014 eles terão esse prazo para implementar a adequação devidamente correta dos resíduos. O que é que o Ministério Público está fazendo? Por enquanto, está arquivando esses procedimentos dizendo que essa lei determinou esse novo prazo.

Eu já me reuni com o pessoal do combate a crimes atribuídos a prefeitos e, então, fizemos esses ajustes: não vamos sair criminalizando os gestores. Vamos procurá-los como parceiros e dentro desse prazo permiti-lhes que tenham as condições reais. Se não cumprirem o prazo, que comecem a criar ações para que os cumpra. Se não cumprirem por outras questões, tudo bem! Mas não houve omissão por parte deles.

Temos o representante de gestores municipais que é a Justiça municipal. Aí a pergunta em 02 de agosto de 2014: e depois, o que é que o Ministério Público fará com essas representações se não houver prorrogação e se o gestor municipal tiver se omitido? Aí vem a parte chata, a parte ingrata de ser promotor de Justiça. Podemos arquivar? Não. Infelizmente, começaremos aquela postura de começar a abrir procedimentos em relação às omissões desses gestores, que não é isso que devemos ir atrás. Para evitar isso, nós no Centro de Apoio estamos conversando com os gestores e criando promotores regionais. Teremos um



planejamento a partir de segunda-feira para se começar a abraçar o Estado da Bahia em relação aos resíduos sólidos e tentar criar com os prefeitos municipais uma postura de gestão. Como eu já disse: o problema é de gestão.

Sabemos que muitas vezes o prefeito está com muitos compromissos e tudo deságua no município, mas, se tem esse prazo, o município pode designar seu secretário para que tome as medidas.

Em relação ao consórcio, não dá mais para observar que município não quer se consorciar com outro município por questões políticas partidárias, não dá mais. Gestão é diferente de política partidária. Gestão é uma coisa completamente diferente de política. Política se faz fora da gestão.

Por que estamos dizendo isso? Houve, há cerca de um mês, no Supremo Tribunal Federal, uma decisão de um município que alegou autonomia de não aderir às regiões consorciadas e apresentadas pelo Estado, e o Supremo decidiu que ele não teria autonomia para dizer qual região ele iria influir.

Isso foi um ganho para as políticas nacional e estadual de resíduos sólidos para mostrar que estamos, sim, numa República Federativa. O projeto de lei vai rezar sobre essas microrregiões que o Estado vai começar a determinar, dentro dos critérios técnicos, porque se não estabelecermos critérios técnicos e os prefeitos aderirem a questão da gestão à tecnicidade, teremos essa balbúrdia pelo município querer, provavelmente, não aderir a um determinado consórcio por questões político-partidárias. Esse é o contexto geral do Ministério Público.

Quero trazer um tema que também nos preocupa. Isso é importante e foi dito aqui.

Essa lei da política nacional é perfeita no sentido de gestão de resíduos sólidos. Falo perfeita porque a operacionalização é outra coisa, e não vi nenhum furo quanto aos princípios, gestão e divisão nessa legislação. Mas o que nos preocupa é que essa legislação ainda teve a preocupação de ser inclusiva em relação aos catadores (palmas).

Aos legisladores, vereadores aqui presentes, todas as pessoas da sociedade, observem, já existe uma demanda criada espontaneamente batendo nas portas do município,



de empresa de incineração. As empresas de incineração não podem ser implantadas do jeito que querem. O que pode ser incinerado é rejeito, não resíduo.

Falo isso porque há um *lobby* muito forte em relação aos municípios para trazer incineração. Temos experiência de outros países, Portugal em outras condições, e sabemos do problema da incineração, que viola o princípio dessa legislação nacional. Estamos falando isso com os gestores municipais. Cuidado ao abrir mercado para a incineração. Essa incineração viola a legislação nacional. Pode até ter incineração para aquilo que for exclusivamente rejeito. Mas, o que for exclusivamente rejeito, não vai abrir mercado para as empresas de incineração.

Essa é outra preocupação que temos e estamos discutindo no Ministério Público. Essa é uma discussão nacional sobre o modelo de se tentar implantar, porque o *lobby* é muito forte em relação à incineração, mas achamos que, pela inclusão social, se a incineração for implantada de forma a impedir que haja a inclusão dos catadores nessa cadeia de resíduos sólidos de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos, observamos que essa implantação será contrária à lei. É uma preocupação que queríamos colocar aqui.

Claro que passa também pela mudança de comportamento da sociedade, mas estamos aqui na Casa e não vamos fazer apelo somente ao cidadão, porque cabe também aos gestores públicos aquela educação específica. Camaçari tem um bom trabalho com os bairros; tive oportunidade de ver um projeto de Camaçari quando se candidatava ao prêmio da FIEB. Parabéns ao município de Camaçari (palmas).

Temos essa proposta, conversamos com os municípios, os municípios talvez possam incentivar no IPTU aquele que está fazendo a reciclagem. No Maranhão um colega está implantando um projeto, junto com os técnicos do Ministério Público. Escolhem o bairro, junto com a prefeitura, abrem os sacos de lixo de cada casa, e vão chamando o proprietário daquela residência e falando: “O seu lixo está ambientalmente incorreto por isso, isso, isso e isso.” Estamos discutindo, inclusive, com o município a possibilidade de criar um incentivo. Se a pessoa começar a ter um lixo adequadamente correto, ela terá como incentivo a redução do seu IPTU para fazer também a gestão dentro de casa.



São essas as considerações que o Ministério Público gostaria de colocar para a reflexão. O Ministério Público sempre estará à disposição para esses temas, sendo parceiro e estando aberto para todos os gestores públicos municipais, estaduais e federais, para esta Casa, para os parlamentares, para todas as entidades, para todas as empresas e para a sociedade em geral. Nós estamos à disposição para tratarmos dos assuntos que forem de interesse social.

Muito obrigado pela oportunidade. (Palmas.)

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigado. Todas as contribuições são bastante ricas e importantes, pois apontam os caminhos e a nossa tarefa para o futuro.

(Não foi revisto pelo orador.)



7523-III

Ses. Esp. 31/10/13

Or. Beth Wagner

Política Nacional de resíduos sólidos.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- A assessora da Assembleia Legislativa Beth Wagner já pediu a palavra. Eu concederei, enquanto combinamos aqui, na Mesa, se há mais alguém com interesse de falar.

Registro a presença de Sheila da Conceição Souza, coordenadora da COOCAI – Cooperativa dos Catadores de Inhambupe.

Com a palavra a Sr^a Beth Wagner. (Palmas.)

A Sr^a BETH WAGNER:- Inicialmente, eu gostaria de parabenizar a deputada Fátima Nunes que, sem dúvida nenhuma, é uma lutadora. Farei algumas ponderações. Gostei muito das falas que me antecederam, especialmente as de Fátima Espinheira e de Marcelo Guedes. Não vou falar da Sedur agora, porque o farei depois. Todos os demais, a exemplo do representante da Limpec e do representante da Associação Nacional de Empresas que trabalham com o lixo urbano e o lixo do País, também deram a sua contribuição.

Queria apenas fazer um relato do que foi a Conferência Nacional do Meio Ambiente. Eu, pessoalmente, participei de todas as quatro conferências do meio ambiente do País, e considero que essa foi a mais interessante, pois permitiu o maior debate de todos que estavam presentes naquele universo, que abrangeu em torno de 200.000 pessoas no País inteiro, e teve como grande protagonista os catadores de resíduos sólidos.

Eles foram os grandes protagonistas políticos da Conferência do Meio Ambiente, e isso me emocionou como poucas vezes eu tive a oportunidade de me emocionar num evento político. Eles têm uma altivez, uma grandeza! É bom saber que aquelas pessoas que estavam na margem da margem da sociedade, hoje, são protagonistas políticos e conseguiram colocar na Conferência do Meio Ambiente todas as propostas que consideraram prioritárias daquele grupo, e que também são prioritárias do Brasil inteiro.



Foi uma conferência que teve essa participação, mas também mesas com o empresariado. Portanto, empresários que, provavelmente, poucas vezes tiveram essa oportunidade, entraram na interlocução, tendo que se colocar num ambiente de diálogo.

Portanto, a conferência foi bastante exitosa, inclusive na metodologia que permitiu, ao invés de 300 propostas, retirar apenas 60 que foram gradualmente priorizadas. O que coloca, de uma maneira muito mais fácil, o acompanhamento e a implementação daquelas que foram as decisões da Conferência Nacional de Meio Ambiente.

Considero também que na fala da Sedur – Marcelo se referiu a isso – o processo, realmente, de apresentação da política estadual de meio ambiente de resíduos sólidos merece o nosso destaque, porque, diferentemente até de outras políticas, ela teve, de fato, não apenas no papel, um processo participativo. E, claro, traz, em seu conteúdo, as orientações básicas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas há detalhamentos muito importantes em nível estadual.

Marcelo Guedes ressalta, como a deputada Fátima Nunes observou, a questão da gestão. De fato, temos um histórico de aterros sanitários que não nos permite ter tranquilidade para achar que, apenas, consorciar e fazer os aterros sanitários são suficientes, pois não são. A história já mostrou não ser suficiente. Precisamos ter como base o que foram os eixos da conferência como: produção e consumo sustentáveis; redução dos impactos ambientais; geração de emprego e renda – aí catadores, evidentemente, no protagonismo – e a educação ambiental.

Acho que se conseguirmos congregarmos esses pilares da Conferência Nacional do Meio Ambiente, estaremos operando, de fato, uma política nacional, estadual e municipal de resíduos sólidos. Todos os membros da conferência – eu vi em quase todos os grupos, pois tive oportunidade de circular – não estavam aceitando o adiamento do prazo, ou seja, para além de agosto de 2014. Muitas pessoas de municípios falaram sobre o trabalho das prefeituras.

Gostaria de que Val da UPB falasse sobre isso, pois tem esse trabalho muito articulado na Frente Parlamentar Ambientalista através dos GT de Código Florestal e GT de Resíduos Sólidos.



Aliás, Fátima Nunes, com o caráter de mulher lutadora e guerreira, você tem tudo. Isso que você fez aqui agora já é um sinal no sentido de agregar (palmas) e de trabalhar articuladamente com a Frente Parlamentar Ambientalista neste GT de Resíduos Sólidos que tem avançado bastante, inclusive, com um protagonismo destacado dos catadores de resíduos sólidos. Com essas referências e com esses eixos, de fato, conseguiremos avançar.

Quero abraçar, também, os técnicos da Sedur que fizeram este trabalho juntamente com Paulo, Mateus, Renavan, Fátima, com todos os que estão trabalhando, há anos, na questão de resíduos sólidos.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)



7524-III

Ses. Esp. 31/10/13

Or. Jhones Bastos

Política Nacional de resíduos sólidos.

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito brigada, Beth Wagner, pelo elogios e, também, por sua grande contribuição.

Quero registrar as presenças de José Alves do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) que tem muitos açudes espalhados pelo interior da Bahia. Se não houver cuidados com os resíduos sólidos, a água dos açudes e dos rios será contaminada, porque os açudes estão, hoje, ao lado de cidades ou de grandes povoados como acontece com os açudes de Camandaroba, Adustina e Cocorobó em Canudos. Certamente, daqui a pouco, não haverá mais água limpa nos açudes.

Eu sou a grande defensora das águas. Portanto estou preocupada com isso.

Ao tratarmos dos resíduos sólidos, nós nos preocupamos, também, com as embalagens dos agrotóxicos. Aí, falo por Paripiranga, Adustina, Sítio do Pipo, Coronel João Sá e Euclides da Cunha. Hoje, as lavouras são pulverizadas com aviões. Aí, pergunta-se: como ficam a nossa água e os nossos alimentos?

Nós focamos o tema dos lixões. Mas sabemos que o meio ambiente é complexo, como disse o nosso promotor, porque envolve vários aspectos, quais sejam, terra, mar e céu, uma vez que este é o ambiente que nos propicia a vida.

Registro as presenças de Alberto Dantas Schramm, secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Araçás e de nosso Pedro, geólogo.

Pedro se encarrega de fazer, todos os anos, em Jeremoabo, um mutirão, no Dia do Meio Ambiente, ao colocar crianças, pais, professores e comerciantes na rua para desfilar; aliás, não apenas caminhar, mas pensar sobre os cuidados e o zelo com o ambiente do sertão. Lá, temos o rio Vaza Barris que, com a grande barragem do Gasparinho, servirá, naturalmente, para o eixo sul da transposição das águas do rio São Francisco. Então esses são os nossos cuidados e as nossas considerações a Pedro. Por favor, não deixe o nosso sertão, Pedro. Eu estou ocupada aqui e você cuide de lá, por obséquio. (Palmas.)



Mais três falas e estaremos encerrando os trabalhos.

Farei parte, sim, da Frente Ambientalista Beth Wagner. Podem contar comigo.

Passo a palavra a Jhones Bastos.

O Sr. JHONES BASTOS:- Bom dia a todos. A Mesa está muito bem representada pela deputada Fátima Nunes, com a iniciativa do Estado da Bahia ter a condição de fazer um investimento para produzir emprego e renda no Estado, quero, também, estar aqui apresentando, em nome da coordenação do MSTS e a TDSTS, nós criamos um movimento em 2003, justamente com o objetivo de que essas pessoas tivessem sua moradia digna. Só que de lá para cá, em 2006, sentimos a necessidade de construir uma associação que se chama Associação dos Trabalhadores e Desempregados Sem-teto de Salvador e do Estado da Bahia. Diante desse sentimento de construir a nossa organização, percebemos que a associação tinha esse nome, mas tinha mais desempregados do que trabalhadores. Resolvemos fundar uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos, porque nós não tínhamos pessoas qualificadas na área do trabalho. Em função disso tivemos uma grande quantidade de pessoas desempregadas. Sem qualidade o que nos restou foi fazer com que essas pessoas fossem para as ruas para provocarem emprego e renda. Resultado que na época da gestão de Antônio Imbassahy a gente tentou, junto com essa cooperativa buscar apoio dos poderes públicos na época, mas nós não tivemos sucesso.

Hoje, ouvi aqui o promotor falar sobre a questão do acompanhamento desse procedimento e achei interessante, porque nas cidades em que temos percorrido, nós temos a iniciativa de algumas pessoas que tem nos procurado para que a gente pudesse dar apoio as usinas, para que essas usinas sejam capitadas pelos prefeitos para poder fazer com que as cidades não percam a produção do lixo, porque é muito importante a gente fazer com que as pessoas entendam que o lixo não pode ser totalmente jogado no lixo, tem que haver um grande aproveitamento desse lixo para produzir emprego, gases e etc. Então a gente tem participado diretamente desse procedimento. Eu não poderia perder essa oportunidade de estar aqui explanando a questão da participação dos movimentos sociais, porque é muito importante está aqui colocando. Lembro que está aqui também a presidente de Salvador, Luciana Leal e todo grupo da equipe da TDSTS, que está ali composta por ela.



Em nome de todas as organizações, parabenizar a deputada Fátima Nunes, ao mesmo tempo informar a deputada que nós queremos que isso seja intensificado para todas as cidades. As usinas que tão sendo implantadas, nós também estamos acompanhando, são em duas localidades. Na cidades de Jequié e Alagoinhas. Nós queremos intensificar isso em todas as cidades, porque as usinas só vão para a cidade, deputado, se tiver um habitat de mais de 100 mil habitantes. Acho que sobre esse organograma que foi colocado aqui, ou é fluxograma, está mais para organograma, foi apresentada a questão das cidades sede, as cidades polo. Também queria entrar em acordo com o Ministério Público para que os prefeitos aceitem isso, que essas cidades tenham a capacidade, a possibilidade e, também, os apoios políticos para que possamos estar inserindo esse processo de conscientização nas cidades, até mesmo dos prefeitos. Tem prefeitos que estão nas cidades e não sabem nem o que estão fazendo ali. Que a gente, também tenha esse papel tenha esse papel de conscientizar as cidades juntos com os prefeitos, com o apoio do Ministério Público e, é claro e evidente, com o apoio da deputada Fátima Nunes, para que possamos progredir e fazer um grande projeto no sentido de construir um local adequado para destinar resíduos sólidos.

Muito obrigado e bom-dia. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



7525-III

Ses. Esp. 31/10/13

Or. Scheila Conceição

Política Nacional de resíduos sólidos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Muito obrigada, Jhones Bastos, e vamos encerrar com o pronunciamento da Scheila Conceição, que é da Cooperativa dos Catadores de Inhambupe.

Quero dar meus parabéns a todos que trabalham nessa área de recolher, catar, guardar, armazenar, comercializar. Também sou contra, muitas vezes, a exploração de quem tem o capital e coloca o seu galpão de recolhimento com um preço muito pequenininho, atravessando aqueles que passam as noites nas festas, que passam pelas ruas carregando peso, colocando suas mãos em lugares insalubres para recolher os resíduos, e muitas vezes ficam com o mínimo do mínimo. Quem comercializa... É por isso que quero parabenizar e agradecer a Fátima, representante da CAR, não sei se ela também quer dizer alguma palavra, porque ela faz esse trabalho e a CAR tem uma coordenação de apoio a projetos recicláveis, nós inclusive estamos lá com um projeto de Itiúba e queremos conseguir um caminhão, um reboque de trator, umas luvas, alguma coisa principalmente para aquelas mulheres, porque lá quem faz esse trabalho são as mulheres, que estão sendo as guardiãs da limpeza pública do Açude de Camandaroba, no município de Itiúba.

Depois, queremos contar com a sua contribuição para outros municípios que me procurarem. A prefeita Gracinha já veio aqui no meu ouvido e cochichou, pedindo para você fazer uma visita lá no município, porque aquela cidade, ela pegou praticamente desmantelada, e ela é uma mulher corajosa, destemida. Para dar conta daquilo ali, vai precisar de muita parceria, e tenho certeza de que você vai contribuir.

Com a palavra, Scheila.

A Sr^a SCHEILA CONCEIÇÃO:- Bom-dia a todos e todas, principalmente à Sr^a deputada Fátima Nunes. Me desculpe por não saber falar direito. A questão que vou defender é a do catador, que sai para as ruas e as pessoas rejeitam a gente por ser catador. A gente sai de manhã cedo, vai revirar os sacos de lixo, os latões,.. como é que diz... Oh! Meu Deus!



(Palmas) Que situação! Me desculpem mesmo. Como posso dizer meu Deus... Então, queria que as pessoas reconhecessem mais o nosso trabalho, entendeu? Porque as pessoas veem a gente como lixo, um resíduo que não serve para nada, nem para reciclar não presta, entendeu? Queria que essas pessoas tivessem consciência de que o nosso trabalho é digno como outro qualquer, como qualquer outro trabalho. (Palmas) É isso que quero dizer e agradeço a oportunidade e a todos vocês. (Palmas.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):-Muito obrigada, Scheila, parabéns pela sua disposição, pela sua coragem, e isso é muito bom. Esse Brasil prospera na medida em que os homens e as mulheres de qualquer serviço se colocam no espírito de transformar a realidade.

Quero dizer, aproveitando a oportunidade, que dei entrada aqui na Casa num projeto de lei que naturalmente poderá sofrer qualquer discriminação por conta da legislação, e o Estado brasileiro não foi feito para nós nem por nós, então, naturalmente, terá alguns problemas.

Quero pedir ao nosso governador Jaques Wagner para transformar esse projeto numa forma de oferecer subsídios para formação das cooperativas, porque sabemos que a burocracia, a Juceb, os equipamentos, tudo isso custa, o terreno, o local de instalação. Então, esse projeto de lei da minha autoria visa que o Estado possa disponibilizar com um programa mais definido o apoio para as cooperativas dos catadores. (Palmas.)

Estão aí a trabalhar todos os dias.

Fico pensando em incluir nesse projeto – e estou, inclusive, dialogando com o Dr. Eugênio, que prometeu dar apoio –, mais uma emenda, que é a seguinte: 13º salário para os catadores concedido pelo Estado como bônus ambiental.

Todos nós, servidores públicos ou empregados de empresa privada, ao chegar o final do ano recebemos o 13º salário, que antigamente era chamado de Abono de Natal. Reservamos esse dinheiro para comprar alguma coisa nova, trocar um móvel, uma roupa, presentear os filhos, fazer um passeio.

Quem vive de catação nas cooperativas só tem, todos os dias, o dinheiro oriundo do que recolhem e vendem. O Estado, como disse o promotor, tem condição, hoje, de



catalogar todos os que estão nesse trabalho. Imaginem se no final do ano esses catadores tiverem o 13º concedido pelo Estado como um bônus ambiental?

Quero discutir isso na frente parlamentar para que as pessoas tenham o direito de ter um salário a mais no ano, um recurso a mais, principalmente aqueles que estão no trabalho pesado e que não recebem quase nada em troca, a não ser o suor da testa e, às vezes, a falta de reconhecimento, como acabou de colocar nossa Sheila.

Então, estou dando entrada nesse projeto. Espero a tramitação aqui, na Casa. E no dia em que ele estiver para ser votado, convidarei todas as cooperativas, todos os empresários, todos os amigos da luta pelo meio ambiente para virem a esta Galeria e nos apoiar, porque projetos sociais, aqui, precisam de muito apoio para serem votados. Esta é uma casa política e existem muitos interesses, o que é natural do jogo democrático.

Então precisamos fazer a nossa vez, precisamos lutar pelos que mais precisam, para melhorarem de vida e viverem com dignidade e cidadania. É isso que iremos fazer aqui.

(Não foi revisto pela oradora.)



7526-III

Ses. Esp. 31/10/13

Or. Aldo Carvalho

Política Nacional de resíduos sólidos.

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Vou conceder a palavra, ao Dr. Aldo, para dar sua nota ao nosso projeto.

O Sr. ALDO CARVALHO:- Bom dia a todos, esta fala não estava na minha programação, mas me sinto na obrigação de falar.

Neste mês de outubro completo 24 anos que trabalho com o meio ambiente. Iniciei a minha carreira na Amazônia, onde fiquei 10 anos trabalhando com gestão na área do meio ambiente. Depois, retornei à minha terra natal, Paulo Afonso, no sertão da Bahia, para me dedicar a essa área tão complexa, difícil e que dá muito trabalho para quem milita nela. Então é um desafio para gestores, para a Justiça e para todos nós que convivemos nela.

Deputada, parabéns por essa iniciativa de natureza legislativa, porque vejo isso como PSA - Pagamento por Serviços Ambientais. Isso pode ser enquadrado perfeitamente nessa área.

Quero dizer a Sheila que fique tranquila, pois por trás da fala dela existe a história e a representação de milhões de pessoas neste País que trabalham em uma área relegada. O preconceito existe, mas, hoje, com base no que ouvimos da Dr^a Bete Wagner, sabemos da nova organização, do novo momento que os catadores vivem no Brasil e de sua capacidade de exigir dignidade, sistematização, organização e respeito. A Conferência Nacional do Meio Ambiente mostrou isso. Vocês ouviram o testemunho da Dr^a Bete sobre esse assunto.

Então, quero dizer que todos nós, a partir de agora, temos que encarar esse problema como algo que precisa de soluções. Os prazos não serão estendidos, portanto, o Ministério Público terá pela frente o novo desafio de como lidar com isso perante os gestores.

E o outro desafio é o da gestão local. E não falo só da gestão do prefeito e da estrutura municipal, falo, inclusive, da gestão operacional dos próprios catadores. E este é um desafio.



O pessoal da Conder tem encarado com muita seriedade, pois a Conder é uma referência nacional neste assunto. Queria dizer ao pessoal da Conder que, desses vinte e poucos anos que trabalho nessa área, foram sete anos trabalhando com catadores, organizando a operação de usinas de reciclagem no campo mais privado. E foram 7 ou 8 anos dos quais eu me orgulho muito. Foi uma fase de minha vida que aprendi muito, porque essas pessoas têm um nível de dignidade que vocês não imaginam!

Então, aos catadores, eu dedico inclusive toda a minha experiência profissional que adquiri na área de reciclagem, pois aprendi com eles.

Muito obrigado. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)



DL-02

Ses. Esp. 31/10/13

A Sr^a PRESIDENTE (Fátima Nunes):- Muito obrigado, doutor. Já senti que o meu projeto vai ter aprovação.

Quero, também, registrar as presenças de Alan Borges Freitas, secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Araçás e Frederico Amorim Chaves, engenheiro ambiental da Prefeitura Municipal de Araçás.

Nossas jovens têm ainda uma música para encerrar.

Mas, antes, queria agradecer, imensamente, a todos e a todas que estiveram conosco nesta manhã. (Palmas.)

Bem, a sessão especial é o momento em que a gente chama a atenção. Mas, depois de ser chamada a atenção, depois de ouvirmos aqui todas as falas dos oradores que mostraram, tanto no campo da legislação, como no campo da gestão, como no campo da missão que cada um tem, seja do Poder Público, seja da sociedade civil, seja na operacionalização do guardado e acondicionado, mas seja também na questão do uso e reuso, seja na questão de reduzir à exaustão da exploração dos recursos naturais para produzir esses materiais, temos de seguir em frente e tomar as medidas necessárias.

Então esta é uma tarefa de todos nós. Os municípios, a Bahia e o Brasil não serão melhores se não houver a participação da sociedade e do Poder Público.

Há uma musiquinha que cantamos no Movimento das Mulheres que diz assim: “Pra fazer a sociedade do jeito que a gente quer, participando todo homem e mulher.” Esta é a missão que levamos daqui: botar as leis debaixo do braço e seguir em frente. (Palmas)

Gostei das presenças dos vereadores. Chamei, pelo menos, um de cada município, mas os danados não vieram. Vieram três vereadores, com abundância, do município de Andorinha do sertão. Então, o senhor já fica responsável por discutir o tema naquele território.

Também, observei que de cada território veio uma pessoa que é do Poder Público. Roberto é do território semiárido Nordeste 2. O Zé Alves é do território do sisal. Andorinha é



do Piemonte. Aqui de Salvador há muitas pessoas do território metropolitano. Então, para cada um e cada uma, eu vou distribuir o pôster. Porém, já está na Internet. Na verdade, hoje, com a Internet, nós não precisamos mais andar com um feixe de papel. Contudo há ainda pessoas que estão mais distantes. Então, faz-se necessário levarmos o papel à casa dessas pessoas para que estudemos com elas motivando-as.

Queria, inclusive, pedir que a apresentação do Dr. Tomich fique conosco.

Também há uma outra coisa. Durante as terça e quarta-feiras, há, nesta Casa, mais deputados presentes, porque são os dias de votação. Quinta-feira é um pouco alternativo, pois, geralmente, há sessões especiais. E, hoje, tivemos, aqui no plenário, esta sessão especial do meio ambiente referente ao tema de resíduos sólidos. Contudo, está havendo uma sessão sobre o tema Via Bahia em outro auditório. Os deputados se dividem para dar conta dessas tarefas.

Mas quando temos este material em mãos, nós usamos, em dia de sessão ordinária, a tribuna para falar com todos para que também os deputados, que têm as suas representações em seus municípios, passem a se envolver, uma vez que a conferência nacional deliberou que não haverá a prorrogação de prazo de início da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Então, se não há a prorrogação de prazo, temos de passar sebo nas canelas, beber muita água para ter saliva a fim de conscientizar as pessoas e tocar o serviço em frente, porque o nosso promotor está vigilante, sem dar castigo, mas dando sempre apoio.

Muito obrigada a todos e a todas e vamos ouvir a música, a última, pelas nossas cantoras.

(Apresentação musical do Grupo ArMarias.)

A Sr^a PRESIDENTA (Fátima Nunes):- Agradeço ao Grupo Musical ArMarias. Também quero agradecer e cumprimentar o Dr. Célio, do Ibama, que durante a semana comunicou que não poderia estar presente, mas com muita atenção nos mandou o material e está sempre dialogando sobre este tema. E a doutora da Conder que não pude dizer o nome, pois o nosso Cerimonial não registrou. Tem registrado aqui o do Sr. Luciano Alvim. Ele está presente, mas eu não o registrei no decorrer da sessão.



Chegou também o nosso ex-prefeito da cidade de Nova Soure Cássio Biscarde. Obrigada pela presença.

Em nome do Poder Legislativo, agradeço as presenças das autoridades civis, militares e eclesiásticas. Das senhoras, dos senhores e dos deputados. Estiveram aqui João Bonfim e Joseildo Ramos. Quero agradecer igualmente à imprensa e a todos os presentes.

Declaro encerrada a sessão, convidando a todos para um lanche nordestino com cuscuz e bolo de aipim.

Muito obrigada e uma boa tarde para todos.